

Inteligência Artificial generativa e prática docente: competências para a formação inicial e continuada.

Rosana Silva Bonfim ¹

RESUMO

Este artigo investiga o uso de inteligência artificial (IA) generativa na prática docente e se justifica pelo descompasso entre a velocidade de difusão dessas tecnologias e a disponibilidade de referenciais formativos capazes de orientar escolhas pedagógicas com rigor, ética e conformidade legal. Com delineamento descritivo-exploratório e abordagem quanti-qualitativa, foi aplicado um questionário on-line a professores da educação básica e do ensino superior. O questionário incluía perguntas fechadas e abertas, cujas respostas foram analisadas por meio de estatística descritiva e análise temática. Os resultados mostram que muitos professores já incorporaram a IA em sua rotina, utilizando-a principalmente para planejar aulas, criar materiais, elaborar questões e produzir recursos visuais. Os professores veem a IA como aliada para economizar tempo e ampliar a criatividade. Contudo, apontam entraves importantes: dificuldades na formulação de prompts eficazes, necessidade constante de curadoria para evitar erros factuais e vieses, além do risco de um uso superficial das ferramentas, que pode gerar dependência excessiva de sugestões automatizadas. Também surgem preocupações quanto à autoria dos trabalhos, à integridade acadêmica, à proteção de dados e à ausência de uma formação adequada ou de diretrizes institucionais claras. À luz desses achados, o estudo propõe ações práticas como módulos formativos em licenciaturas e programas de desenvolvimento profissional, instrumentos de apoio (rubricas que valorizem processo e autoria, guias de transparência e checklists de proteção de dados), criação de comunidades de prática e monitoramento contínuo, sempre para fortalecer a autoria docente e o uso ético da IA. O objetivo final é dar poder ao professor, tornando-o protagonista de suas escolhas pedagógicas e usando a IA como aliada, sem abrir mão da qualidade e da responsabilidade.

Palavras-chave: Inteligência Artificial na educação; prática docente; letramento digital-critico; autoria e ética; formação continuada.

INTRODUÇÃO

O avanço das Inteligências Artificiais Generativas (IAGen), exige mudanças nas práticas pedagógicas, convidam os docentes à reflexão sobre as suas práticas pedagógicas e mudanças em suas metodologias de ensino para que se alinhem às formas contemporâneas de produção de conhecimento. Sendo uma inovação radical no campo educacional, a IAGen destaca-se pela capacidade de criar diversos conteúdos (textos, imagens, códigos etc) a partir de comandos em linguagem natural.

¹ Profa. Ma. Rosana Silva Bonfim – Faculdades Integradas de Fernandópolis/FEF – rsbonfim@fef.edu.br;

Educadores de todas as áreas do conhecimento veem nessa tecnologia uma aliada para enriquecer o planejamento didático, ampliar repertórios metodológicos e propor experiências

de aprendizagem mais instigantes. Nesse contexto, o papel do professor ganha uma centralidade renovada: mais do que operar a ferramenta, cabe a ele mediar, interpretar e contextualizar seu uso, garantindo que ela sirva a objetivos pedagógicos bem definidos.

Partindo da premissa de que o professor é a inteligência que comanda a IAGen, a pesquisa investiga como docentes da educação básica e superior integram e percebem a IAGen. O objetivo é mapear esses usos para delinear as competências e habilidades urgentes para uma prática ética e crítica, buscando responder: que competências e habilidades o professor precisa desenvolver para utilizar a IA de forma consciente e produtiva em seu fazer pedagógico?

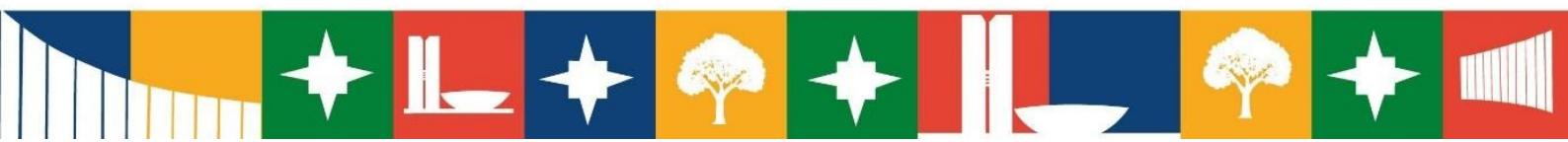
A relevância do estudo está na constatação de que o avanço dessas tecnologias ocorre mais rapidamente do que a oferta de referenciais formativos capazes de orientar o uso ético e pedagógico das ferramentas digitais. Essa lacuna evidencia a necessidade de promover um debate qualificado sobre o tema e oferecer caminhos que apoiem o trabalho docente de forma responsável e consciente.

O estudo foi desenvolvido com delineamento descritivo-exploratório e abordagem quanti-qualitativa. Utilizou-se um questionário online, composto por perguntas abertas e fechadas, aplicado a professores de diferentes níveis de ensino. As respostas foram analisadas por meio da estatística descritiva-inferencial e análise temática, buscando compreender tanto a frequência de uso quanto e experiências dos participantes.

O professor é a inteligência humana que deve guiar a Inteligência Artificial (IA), pois é ele que é capaz de discernir, criar e se responsabilizar pela ética que conferem sentido à mediação tecnológica. Em outras palavras, a IA pode ser ferramenta poderosa, mas jamais substituirá o pensamento pedagógico e a intencionalidade do professor.

REFERENCIAL TEÓRICO

A (IA) vem transformando a educação de modo profundo e acelerado. A IA é a área da computação que cria sistemas que podem realizar atividades que, normalmente, são associadas à capacidade intelectual humana, incluindo interpretação de linguagem humana, identificação de padrões, resolução de problemas e processos decisórios. A IAGen é um dos ramos mais recentes da IA e diferencia-se por usar modelos que são treinados com grandes





volumes de dados para produzir conteúdos inéditos (textos, imagens, sons, vídeos etc). A evolução das tecnologias digitais e o fortalecimento das metodologias que valorizam a personalização do ensino e a aprendizagem baseada em dados, sobretudo após a pandemia do Covid-19, tem

contribuído para a inserção da IA na educação que é resultado de um processo histórico que acompanha o desenvolvimento tecnológico.

Andrade e Nicolas (2025, p. 5) afirmam que: “A Inteligência Artificial apresenta-se como um vetor de inovação para a educação, com capacidade de transformar práticas, ampliar o acesso ao conhecimento e diversificar estratégias pedagógicas.” A integração da IA ao ensino requer que o docente articule competências técnicas, pedagógicas, críticas e éticas, sobretudo aquelas relacionadas à curadoria, análise e mediação. A IA não substitui o professor; ao contrário, demanda novas habilidades para orientar seu uso de modo ético e intencional. Identificar essas competências é essencial para que a IA fortaleça a prática pedagógica, em vez de contribuir para sua precarização.

A UNESCO (2025) lançou em 2025, o "Marco referencial de competências em IA para professores", um documento que aborda a transformação educacional impulsionada pela IA. Segundo o documento, a IA impõe mudanças no contexto de sala de aula, evoluindo da tradicional relação professor-estudante para uma tríade professor-IA-estudante.

O Marco Referencial da UNESCO define conhecimentos, habilidades e valores que os docentes devem desenvolver para atuar com IA organizando-os em cinco dimensões: mentalidade centrada no ser humano, ética, fundamentos e aplicações, pedagogia e desenvolvimento profissional, distribuídas em 15 competências e três níveis de progressão Adquirir, Aprofundar e Criar. Como referência internacional, orienta currículos, formações e parâmetros de avaliação, preservando autonomia e direitos docentes.

No Brasil, ainda não há um marco nacional específico; por isso, o país utiliza o documento da UNESCO como base. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou a Matriz de Saberes Digitais Docentes e os referenciais do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), que apoiam a integração das tecnologias digitais.

Embora a IA amplie possibilidades, ela não substitui o professor: demanda uma presença humana fortalecida e mediação qualificada, percepção reforçada por pesquisas que apontam a confiança dos estudantes na atuação docente como indispensável ao processo educativo. Soares (2024, p. 55) mostra que “99,0% dos estudantes acreditam que a IA

complementará o papel dos docentes". Essa percepção reforça a necessidade da mediação humana, ou seja, do professor.

Miranda, Profeta e Santos (2024) destacam que a educação é um processo de constituição humana e que cabe ao professor preservar a atribuição de significado, pois “apren-

der é atribuir significado”, algo que não pode ser delegado a sistemas probabilísticos. A IA pode oferecer respostas rápidas, mas cabe ao docente construir pontes conceituais, estimular questionamentos e garantir rigor epistemológico. A IA não substitui a intencionalidade pedagógica nem a autonomia crítica do professor, que mantêm a centralidade do humano, a leitura sensível das singularidades dos estudantes e responsabilidades nas escolhas pedagógicas.

Corrêa, Alessi et. al. (2024) afirmam que o uso da IA na educação exige rigorosa vigilância ética devido a riscos como vieses algorítmicos e falta de transparência, que podem perpetuar desigualdades e erros. A plataformização e a vigilância ameaçam a autonomia de alunos e professores, enquanto a dependência tecnológica excessiva pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e gerar empobrecimento pedagógico pela homogeneização de práticas. Os autores também alertam para impactos psicobiossociais, ampliação das desigualdades (especialmente no Sul Global) e violações de privacidade e propriedade intelectual. Portanto, é imprescindível garantir princípios de justiça, equidade e ética, assegurando que a IA atue como apoio e jamais substitua o papel essencial do educador. O professor precisa compreender como algoritmos podem reforçar discriminações, violar privacidade ou gerar decisões pouco transparente. A UNESCO (2025) amplia esse entendimento ao defender que:

a IA pode representar riscos significativos para os estudantes, a comunidade docente, os sistemas educacionais e a sociedade em geral. A IA pode ameaçar a autonomia humana, intensificar a mudança climática, violar a privacidade dos dados, aprofundar desigualdades e exclusões sistêmicas de longa data e, ainda, levar a novas formas de discriminação. Na educação, a IA pode reduzir os processos de ensino e aprendizagem a cálculos e tarefas automatizadas, por meios que desvalorizam o papel e a influência dos professores e que enfraquecem suas relações com os estudantes. Ela pode restringir a educação apenas àquilo que a IA pode processar, modelar e entregar. (UNESCO, 2025, p. 12)

No plano filosófico, Oliveira e Nunes (2025) discutem o perigo da heteronomia intelectual provocada pelo uso acrítico da IA, reforçando que o professor deve assumir postura ativa, autônoma e questionadora diante da tecnologia.

[...] a reflexão sobre as relações que a sociedade está estabelecendo com as novas tecnologias, principalmente as tecnologias da informação, como por exemplo o uso indiscriminado de ferramentas como as redes sociais, jogos e a famigerada Inteligência Artificial. O uso indiscriminado de tais tecnologias, atua no ser humano como cabrestos, conduzindo-os, se movem como se estivessem sendo conduzidos por forças externas, em outras palavras, são alienados, permanecem na menoridade. (OLIVEIRA e NUNES, 2025, p. 28154)

Mello et al. (2025) também problematizam riscos sociopolíticos, como vigilância, captura de dados e colonialidade algorítmica, e defendem que a IA é “fenômeno dialético”: simultaneamente emancipador e potencialmente opressor, dependendo de seu uso.

Utilizar a IA de forma produtiva requer que o professor compreenda minimamente seu funcionamento técnico, suas limitações e potencialidades. Soares (2024) descreve o uso massivo de ferramentas como o ChatGPT no ensino superior, destacando que 94,2% dos estudantes responderam que utilizam ferramentas de IA para auxiliar em seus estudos.

Miranda, Profeta e Santos (2024) esclarecem que a IA generativa não produz conhecimento verificado, afirmando que o ChatGPT não foi concebido para gerar conhecimento verificado e confiável. Os autores explicam que: “O ChatGPT é uma ferramenta que identifica padrões e faz previsões, com foco em texto. Lacunas nos textos gerados são preenchidas por mera probabilidade, sem juízo de valor sobre a qualidade da informação.” (PROFETA, 2024 apud MIRANDA, PROFETA e SANTOS, 2024, p. 217).

Duarte (2024) complementa que competências relacionadas ao Pensamento Computacional, análise de dados e compreensão de algoritmos são fundamentais para interpretar como a IA opera e integrá-la de forma pedagógica.

A UNESCO (2025) propõe que todos os professores dominem conceitos como Processamento de Linguagem Natural (PLN), automação, personalização algorítmica e sistemas de recomendação, pois sem isso não podem avaliar a confiabilidade ou adequação das ferramentas utilizadas.

Esses são pontos, ressalta-se, que devem — ou deveriam — estar absolutamente claros para qualquer docente que possa se aventurar a utilizar o ChatGPT ou outras ferramentas análogas como parte de suas práticas pedagógicas. Dependendo do nível de envolvimento individual de cada docente com esse tipo de tecnologia, e/ou dependendo das ofertas (ou da falta de ofertas) de cursos, programas etc. de aperfeiçoamento docente em cada instituição de ensino, tais questões podem estar mais ou menos distantes da vivência de cada professor. (MIRANDA, PROFETA e SANTOS, 2024, p. 217)

O uso produtivo da IA depende de competências pedagógicas que garantam intencionalidade, autoria e criticidade. Gregório, Silva e Prata-Linhares (2025, p. 95) alertam

que “[...] a dependência excessiva pode comprometer o desenvolvimento do pensamento crítico por parte de docentes e discentes” defendendo que a IA deve ser utilizada como ferramenta para expandir e não substituir processos cognitivos. A IA deve ser integrada ao ensino como instrumento de reflexão, criação e problematização, reforçando o papel ativo do professor na seleção, adaptação e contextualização dos recursos gerados pela IA. (MIRANDA, PROFETA e SANTOS, 2024)

A IA exige reconfigurações pedagógicas que vão além da simples adoção de ferramentas e impactam profundamente o currículo, os métodos de avaliação e, principalmente,

a formação docente. Mello, Ambrósio, et al. (2025) afirmam que a emergência de sistemas de IA tensiona as fronteiras do ofício docente, da autoria científica e dos próprios princípios que sustentam a missão social da educação superior. Assim, a pedagogia da IA é entendida como processo de mediação humana qualificada, que exige planejamento cuidadoso, avaliação ética e estratégias que estimulem autoria e autonomia.

O desenvolvimento profissional do docente é um processo contínuo e permanente, perpassando por toda a sua carreira e vivência como professor. A UNESCO (2025) para apoiar a formação contínua do professor e desenvolvimento de políticas de valorização docente, defende que:

Dada a rápida ampliação das tecnologias de IA, as complexidades das questões éticas correspondentes e os desafios da integração de IA na pedagogia, os professores devem ser auxiliados a aprimorar progressivamente suas competências em IA.

Políticas direcionadas e estratégias de incentivo são essenciais para manter a motivação dos professores em buscar a aprendizagem profissional ao longo da vida. As políticas de gestão docente devem alocar tempo e recursos suficientes para que os professores se envolvam em atividades de formação e desenvolvimento profissional, bem como reconhecer ou recompensar seu desempenho no uso responsável e inovador da IA. (UNESCO, 2025, p. 20-21)

Duarte (2024) demonstra que os documentos educacionais brasileiros ainda oferecem lacunas importantes na formação docente, mas destacam que competências digitais pedagógicas, curadoria e cidadania digital podem apoiar a integração da IA na Educação.

Oliveira e Nunes (2025) enfatizam que o desenvolvimento profissional deve articular ética, filosofia e crítica da tecnologia, permitindo que os professores resistam à perda de julgamento e cultivem a autonomia intelectual diante da IA.

Mello, Ambrósio, et. al. (2025) sugerem que a investigação e a formação docente interrelacionada com metodologias híbridas e inovação curricular compilem estudos que

evidenciam a IA como agente de novas “ecologias de aprendizagem” superando a adoção instrumental de ferramentas tecnológicas. Miranda, Profeta e Santos (2024) reforçam que a formação docente deve integrar epistemologia, cultura digital, ética, autonomia e reflexão crítica.

As competências docentes necessárias ao uso consciente e produtivo da IA são multidimensionais e articulam as cinco dimensões da UNESCO. O professor precisa compreender fundamentos técnicos; agir com ética e responsabilidade; planejar práticas pedagógicas críticas e autorais; preservar vínculos humanos e processos de atribuição de sentido; e manter formação contínua e crítica diante das tecnologias emergentes. Assim, a IA

não reduz o papel docente, ao contrário, exige um professor mais crítico, mais reflexivo, mais ético e mais humano.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou abordagem quanti-qualitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário on-line com perguntas fechadas e abertas referentes ao uso da (IA), práticas de revisão e curadoria, percepções éticas e sugestões de formação. O instrumento contemplou itens mapeados às cinco dimensões de competências docentes em IA propostas pela UNESCO.

Após a exportação do formulário, os dados passaram por um processo de limpeza que incluiu padronização dos nomes das variáveis, uniformização de categorias, remoção de espaços e campos vazios e separação de respostas múltiplas. As categorias foram recodificadas e as respostas textuais transformadas em listas padronizadas, garantindo consistência para as etapas de análise.

A construção dos escores seguiu um procedimento padronizado: cada dimensão foi vinculada aos itens correspondentes do questionário, que foram recodificados em valores ordinais numéricos (0 a 4) ou binários (0/1, nos casos de respostas sim/não). Todos os itens foram alinhados no mesmo sentido interpretativo, de modo que valores maiores representassem maior domínio da competência. Os itens pertencentes a cada uma das cinco dimensões foram recodificados em escala 0–1 e agregados por média, produzindo cinco escores contínuos (um por dimensão) para cada participante. Esse processo gerou cinco variáveis contínuas adicionais no banco de dados, representando os escores individuais das competências previstas pela UNESCO.

Realizou-se estatística descritiva (frequências relativas e gráficos padronizados), seguida de análise inferencial. Considerando a ausência de normalidade e o caráter ordinal dos dados, utilizou-se:

- teste de Kruskal-Wallis para comparar diferenças entre grupos;
- pós-teste de Dunn quando houve diferenças estatisticamente significativas;
- correlações de Spearman para examinar relações entre as cinco dimensões.

Essas análises foram realizadas integralmente em R, com scripts desenvolvidos especificamente para o estudo.

As respostas às perguntas abertas foram analisadas por análise temática mista, com codificação inicial, agrupamento de unidades de significado e organização em temas centrais.

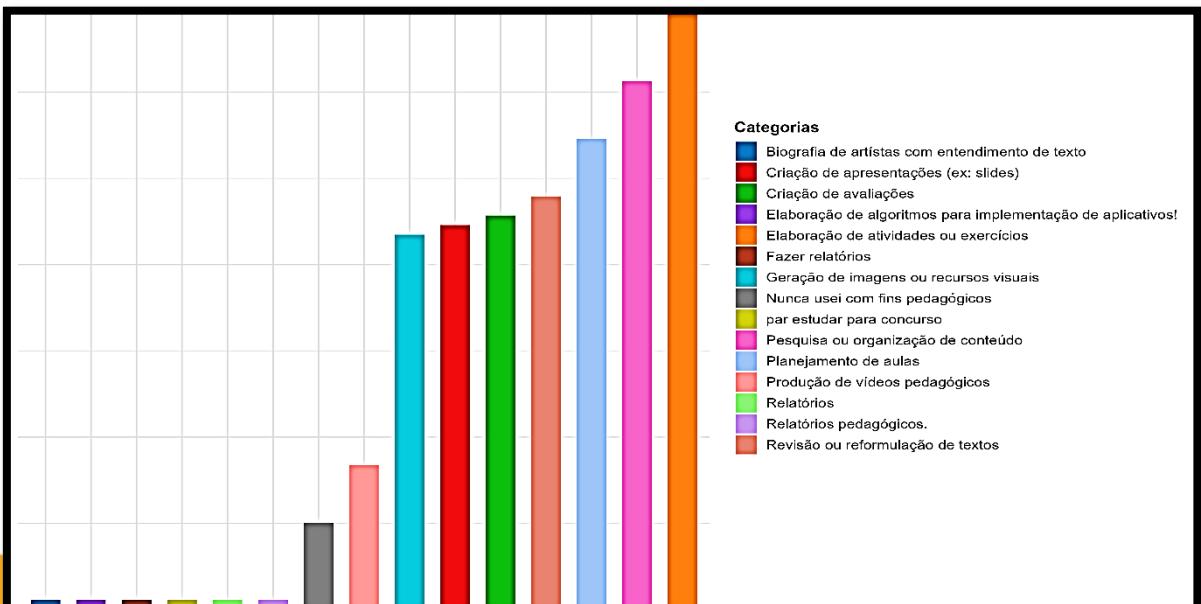
Esse procedimento permitiu identificar percepções sobre autoria, riscos e necessidades formativas, complementando os achados quantitativos.

Os achados quantitativos (escores e frequências) e qualitativos (temas) foram integrados em uma leitura convergente, permitindo compreender como os docentes utilizam a IA, como percebem seus riscos e que competências estão mais ou menos desenvolvidas segundo o Marco Referencial da UNESCO.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu compreender como os docentes participantes da pesquisa relacionam com a IA e quais competências, segundo o marco da UNESCO, estão mais presentes e quais ainda se encontram em desenvolvimento. As tendências foram ilustradas por

Gráfico 1: Finalidades de uso da IA

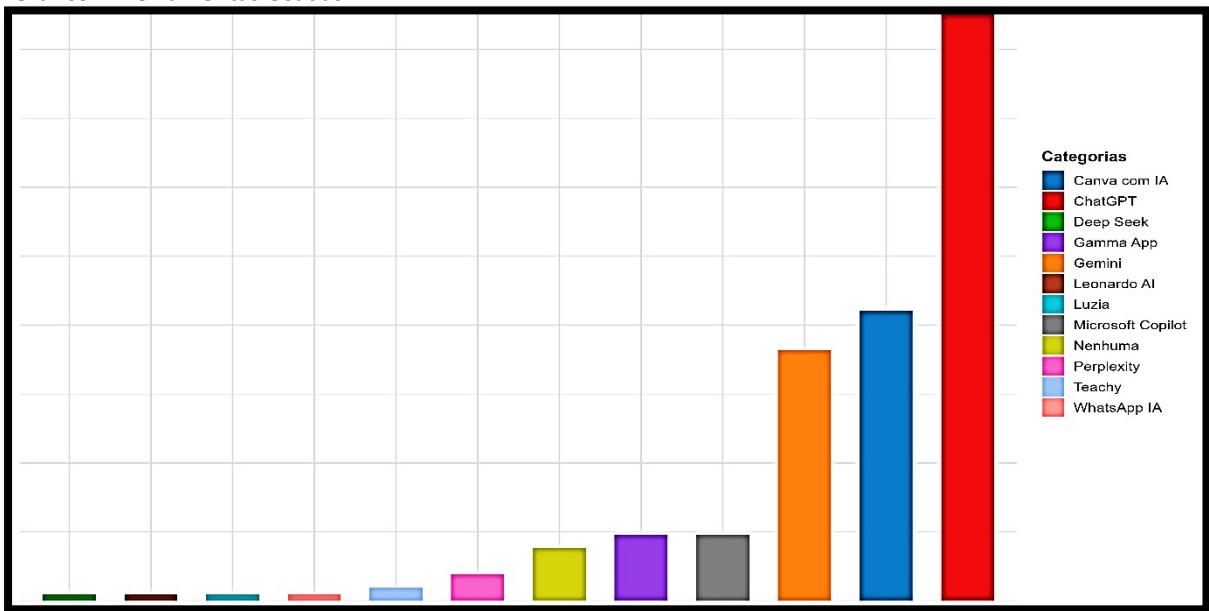


gráficos que evidenciam padrões claros de uso, percepção e apropriação da IA na prática docente.

Os resultados a respeito das finalidades de uso da IA, apresentados no Gráfico 1, mostram que a IA tem sido utilizada, principalmente, para planejamento, revisão de materiais didáticos e elaboração de atividades. É citado, também, o uso em correção e criação de exemplos ou exercícios. Ainda que, essa diversidade sugere que os docentes exploram a IA em diferentes frentes, o seu uso é superficial e com pouca intencionalidade pedagógica.

O Gráfico 2, a seguir, mostra as ferramentas mais utilizadas pelos docentes. A presença de várias ferramentas indica tanto abertura para experimentação quanto ausência de um padrão institucional consolidado.

Gráfico 2: Ferramentas Usadas



Fonte: A Autora, R

O uso pulverizado pode indicar autonomia docente, mas também revela uma falta de orientação sistemática para escolhas tecnológicas mais alinhadas aos objetivos educacionais.

Juntos, esses gráficos revelam um cenário em que o emprego da IA ocorre de forma prática e imediata, embora ainda pouco fundamentado em princípios pedagógicos estruturados.

Outro aspecto importante, verificada na análise descritiva, diz respeito à curadoria, revisão e postura crítica frente aos conteúdos gerados por IA. Embora boa parte dos docentes diz revisar os prompts e ajustar resultados, os dados provam que esse processo ainda ocorre

de maneira desigual. Isso confirma a ideia de que a simples utilização de IA não garante profundidade crítica, sendo necessário desenvolver competências que permitam avaliar a pertinência, a confiabilidade e os riscos associados ao uso dessas ferramentas.

Ao analisar os escores derivados das cinco dimensões da UNESCO, observou-se um panorama heterogêneo (Gráfico 4 – Radar das Dimensões). A dimensão mais elevada foi a ética da IA, o que indica que os docentes têm grande preocupação com os aspectos: responsabilidade, riscos, limitações e adequação das ferramentas tecnológicas. Esse achado é consistente com o contexto educacional, no qual considerações éticas costumam anteceder a incorporação tecnológica plena.

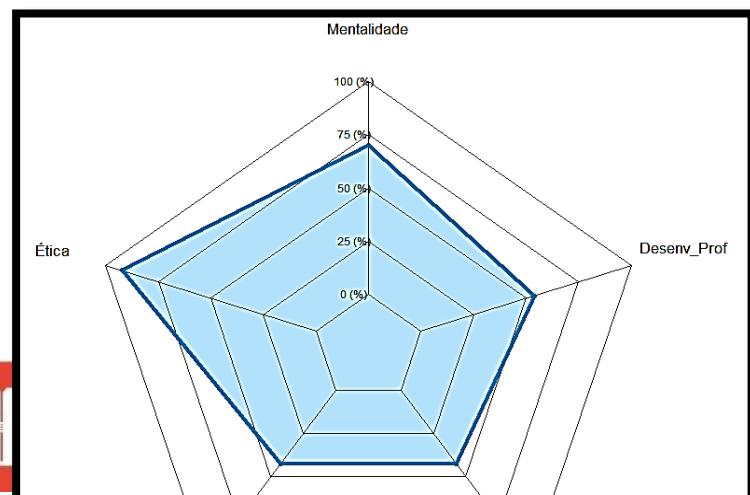
Tem destaque nos achados dessa pesquisa a mentalidade centrada no ser humano, que reúne atitudes como revisão, curadoria e elaboração consciente de comandos. Esse resultado

sugere que muitos docentes compreendem que o uso de IA exige supervisão ativa e que a tecnologia não substitui o julgamento profissional.

Em contrapartida, os escores mais baixos foram observados em fundamentos e aplicações e em pedagogia de IA. Esses valores indicam que a maioria dos docentes ainda não domina conceitos técnicos ou estratégias do uso pedagógico da IA. A lacuna entre postura ética elevada e domínio técnico reduzido revela um cenário em que o uso crítico precede a proficiência funcional, um padrão também apontado em estudos internacionais sobre competências digitais docentes.

A dimensão IA para o desenvolvimento profissional apresentou posição intermediária, indicando que alguns docentes buscam formação continuada, mas esse comportamento não se distribui de forma uniforme. Essa heterogeneidade reforça a necessidade de políticas institucionais de formação que promovam maior equidade no acesso e no desenvolvimento de competências.

Gráfico 3: Distribuição: Dimensões UNESCO



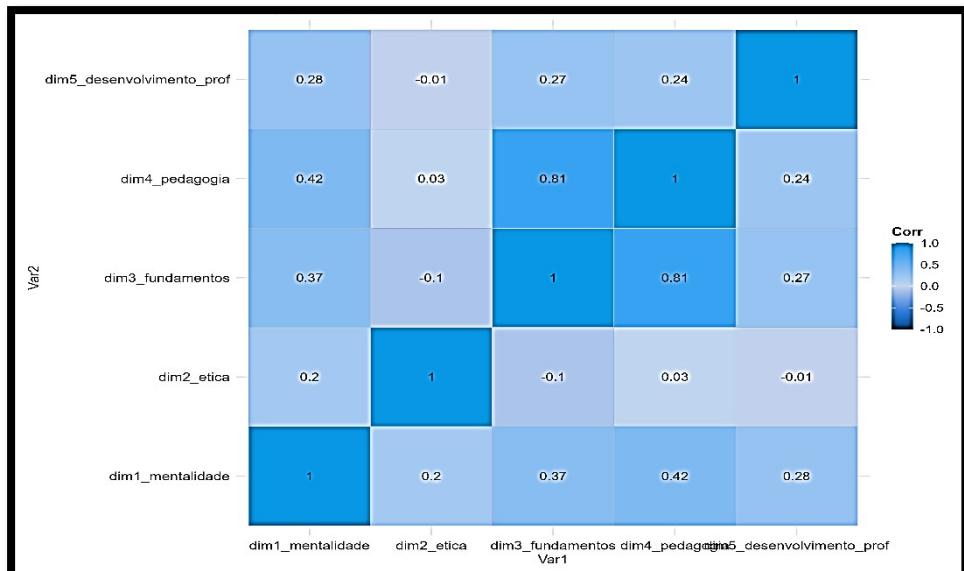
Fonte: A Autora, R



O Gráfico 5, que apresenta a relação entre as dimensões, evidencia um padrão importante: fundamentos e aplicações mantêm forte relação com pedagogia de IA. Em termos práticos, isso quer dizer que docentes que compreendem melhor como a IA funciona tendem a integrá-la de modo mais consistente às suas práticas de ensino. Por outro lado, a dimensão ética aparece menos relacionada às demais, indicando que a preocupação ética não depende

necessariamente do domínio técnico, ela funciona como um eixo transversal que emerge mesmo entre quem usa a IA de modo limitado.

Gráfico 4: Relações entre as dimensões da UNESCO



Fonte: A Autora, R

Os

resultados mostram que o domínio da IA não varia de forma significativa entre segmentos de ensino, mas depende principalmente das experiências formativas dos docentes. Observa-se um cenário de transição: embora a dimensão ética seja bem desenvolvida, os escores mais baixos em fundamentos e pedagogia indicam que o uso qualificado da IA ainda exige formação contínua e alinhada às diretrizes da UNESCO.

A análise temática revelou que a maior parte dos docentes entende que a IA fortalece a autoria quando utilizada com curadoria e intencionalidade, sendo o risco de comprometimento associado apenas ao uso acrítico. Os principais riscos percebidos concentram-se na redução da capacidade crítica, na dependência tecnológica, na superficialidade dos conteúdos gerados e em questões de autoria e plágio. As sugestões para mitigar esses problemas convergem para a formação continuada, aliada à ética digital, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à orientação de estudantes, indicando que a solução não está em restringir a IA, mas em qualificar seu uso mediante políticas formativas consistentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostram que o uso da Inteligência Artificial já integra o cotidiano docente, mas ainda de forma desigual e marcada por desafios. Embora a dimensão ética se apresente como ponto forte, revelando uma postura reflexiva e responsável, persistem

lacunas importantes nos fundamentos técnicos e na integração pedagógica da IA. Esses achados indicam que a maturidade ética não tem sido acompanhada, no mesmo ritmo, pelo domínio operacional e pelas práticas de ensino mediadas por IA, o que reforça a necessidade de ações formativas contínuas e estruturadas.

À luz desses resultados, o estudo propõe a implementação de módulos formativos em cursos de licenciatura e programas permanentes de desenvolvimento profissional, destinados a fortalecer o conhecimento técnico, ético e pedagógico sobre IA. Propõe-se também a criação de instrumentos de apoio, como rubricas que valorizem processos e autoria, guias de transparência, protocolos de checagem crítica e checklists de proteção de dados, oferecendo suporte concreto ao trabalho docente. Além disso, recomenda-se a formação de comunidades de prática, ambientes colaborativos nos quais docentes possam compartilhar experiências, discutir usos pedagógicos, analisar riscos e construir soluções coletivas.

Tais iniciativas visam não apenas ampliar competências, mas fortalecer a autoria e o protagonismo docente, assegurando que a IA seja incorporada de forma responsável, crítica e alinhada aos objetivos educacionais. O propósito central é empoderar o professor, reforçando sua capacidade de tomar decisões pedagógicas conscientes e de utilizar a IA como aliada no ensino, sem abrir mão da qualidade, da autoria e da ética que sustentam a profissão docente.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, Adriana D. F.; NICOLAS, Alexandre C. **Inteligência Artificial e Práticas Pedagógicas: Desafios e Perspectivas para a Educação Contemporânea**. Anais do II Congresso Nacional de Pesquisas e Práticas em Educação, v. 3, n. 2, 2025. ISSN 2966-3792. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/anaisconpepe>. Acesso em: 15 Julho 2025.

CORRÊA, Emerson B. *et al.* **Ética da Inteligência Artificial na Educação: Dilemas apontados nas pesquisas brasileiras**. Com a palavra, o professor, Vitória da Conquista (BA), v. 9, n. 25, p. 93-115, setembro-dezembro 2024. ISSN ISSN 2526-2882. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/CPP/article/view/1072>.

DUARTE, Edna M. Formação de professores de Matemática e o Currículo de Inteligência Artificial da Educação Básica - Unesco. Revista Paranaense de Educação Matemática, Campo Mourão, v. 13, n. 31, p. 1-25, Mai-Ago 2024. Acesso em: 30 jun 2025.

GREGÓRIO, Maycon D. S. S. C.; SILVA, Ketiuce F.; PRATA-LINHARES, Martha M. **Educação e Inteligência Artificial: em busca de referências para pensar/fazer a formação docente**. ETR - Ensino e Tecnologia em Revista, Londrina, v. 9, n. 1, p. 95-106, Jan/Abr 2025. ISSN ISSN: 2594-3901. Acesso em: 15 Jul 2025.

MELLO, Diene E. *et al.* **Inteligência Artificial no Ensino Superior: Formação, Investigação e Prática Pedagógica**. Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1, Jan/Abril 2025. ISSN 2594-9004. Acesso em: 25 Jun 2025.

MIRANDA, Fernando S. M. P.; PROFETA, Guilherme A. C.; SANTOS, Roger dos. **Educação e Inteligência Artificial: Reflexões sobre Aprendizagem Significativa e Formação docente**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 11, n. 1, p. 211-229, 2024. ISSN 2359-6856. Acesso em: 30 jul 2025.

OLIVEIRA, Diego A. D. D.; NUNES, Ana L. R. **Formação Docente na Era da Inteligência Artificial: Reflexões sobre a Preguiça e a Menoridade Pós-Modernidade**. Revista Aracê, São José dos Pinhais, PR, v. 7, n. 5, p. 28151-28172, 2025. ISSN ISSN 2358-2472. Acesso em: 3 Ago 2025.

SOARES, Ambrósio A. **Inteligência Artificial no Ensino Superior: uma pesquisa sobre impactos e percepções**. ISU-Research, v. II, p. 51-57, Dezembro 2024. Disponível em: <https://www.isutc.ac.mz/wp-content/uploads/2025/02/ISU-RESEARCH-vol-II-2024-web-compressed-2.pdf>. Acesso em: 25 Julho 2025.

UNESCO. **Marco referencial de competências em IA para professores**. Paris: [S.n.], 2025. ISBN 978-65-86603-49-1. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000394280>. Acesso em: 25 Julho 2025.

